

economia

Mercado eleva projeção da inflação do ano para 5,88%

Expectativa é de que a Selic encerre 2022 nos atuais 13,75%

/ POLÍTICA MONETÁRIA

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerada a inflação oficial do País, subiu de 5,82% para 5,88% para este ano. A estimativa consta do Boletim Focus ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para 2023, a projeção da inflação ficou em 5,01%. Para 2024 e 2025, as previsões são de inflação em 3,5% e 3%, respectivamente.

A previsão para 2022 está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC.

Definida pelo Conselho Monetário Nacional, a meta é de 3,5% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 2% e o superior de 5%.

Da mesma forma, a projeção do mercado para a inflação de 2023 também está acima do teto previsto. Para 2023 e 2024, as metas fixadas são de 3,25% e 3%, respectivamente, também com os intervalos de tolerância de 1,5 ponto percentual. Ou seja, para 2023 os limites são 1,75% e 4,75%.

Em outubro, a inflação subiu 0,59%, após três meses de deflação. Com o resultado, o IPCA acumula alta de 4,7% no ano e 6,47% em 12 meses, segundo o Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida em 13,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). A taxa está no maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava nesse patamar.

Para o mercado financeiro, a expectativa é de que a Selic encerre o ano nos mesmos 13,75%. Para o fim de 2023, a estimativa é de que a taxa básica caia para 11,5% ao ano. Já para 2024 e 2025, a previsão é de Selic em 8% ao ano, para os dois anos.

A projeção das instituições financeiras para o crescimento

Projeções



Fonte: Focus - Banco Central

to da economia brasileira neste ano também subiu, de 2,77% para 2,8%. Para 2023, a expectativa para o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma de todos os bens e

serviços produzidos no país - é de crescimento de 0,7%. Para 2024 e 2025, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 1,7% e 2%, respectivamente.

Integrante do grupo de transição diz que não é hora de rever reforma previdenciária

/ CONJUNTURA

O ex-ministro José Pimentel, integrante do governo de transição, afirmou ontem que não é hora de rever a reforma da Previdência, aprovada no governo Mi-

chel Temer sob protestos do PT. Pimentel foi ministro da Previdência no segundo governo Lula e hoje integra o grupo de Trabalho da área na equipe de transição.

“Até a PEC da transição está dando esse problema todo, tratar

de emenda previdenciária... Não é o momento adequado, não. Prioridade vai ser melhorar o atendimento”, afirmou Pimentel, ao chegar no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), sede do governo de transição, para uma reunião

de seu grupo de trabalho. Em junho, o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que faria revisões das reformas previdenciária e trabalhista. Já em setembro, disse em encontro com idosos que iria recriar o Ministério da Previ-

dência Social. Pimentel, contudo, evitou responder se a pasta será de fato retomada a partir de janeiro.

Participam do GT vários nomes de áreas ligadas ao sistema previdenciário do governo e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Prioridade são as outras reformas, avisa Nelson Barbosa

Ex-ministro da Fazenda e do Planejamento e integrante da equipe de transição na área econômica, Nelson Barbosa afirmou que a prioridade do grupo é debater as reformas fiscal e tributária. Segundo ele, a equipe fará recomendações ao governo eleito no relatório de transição, que deve ser apresentado em dezembro. Barbosa indicou que há mais maturidade na proposta de reforma tributária indireta e que as propostas no Congresso de criação de um Imposto Valor Agregado (IVA) estão “qualitativamente no caminho correto”.

Vamos pegar propostas que já foram apresentadas e buscar consenso.” Já a reforma direta, do imposto de renda, com uma possível retomada da tributação sobre lucros e dividendos, deve ser discutida com mais calma, até porque devido à regra de anualidade, só pode valer no ano posterior à aprovação.

“Proposta da tributação indireta é na criação de um IVA, se



Recomendações estarão no relatório de transição, diz Barbosa

vai ser um só, se vai ser dois impostos, acho que o próprio Congresso chegou a entendimento de que é melhor ter dois. Nosso trabalho é analisar as propostas que existem, as que estão lá e dar recomendação de qual é melhor”, disse, em conversa com jornalistas no CCBB em Brasília, sede do governo de transição.

Sobre a reforma do imposto de renda, Barbosa disse que “não está tão madura quanto a da tributação indireta”. “Acho que precisa de mais discussão”, disse, completando que é uma discussão que o governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai ter quando “tomar posse”.

Quanto à reforma do arcabouço fiscal, o ex-ministro afirmou que há “bastante congruência” entre as diferentes propostas, citando, por exemplo, o estudo apresentado pelo Tesouro Nacional, mas que a “questão é chegar na parte dos números”, o que será feito mais para frente.

Ele citou ainda que todos os participantes da equipe já apresentaram uma medida sobre o tema no passado, mas afirmou que ainda não há consenso. “Não tem consenso nenhum e nada definido. Você pega essas cinco propostas de arcabouço fiscal que foram propostas, têm suas diferenças, mas tem coisas que aparecem em todas”, disse.

Tána Mesa

23.11

12h às 14h

Investimentos em negócios e parcerias no setor da saúde

Nilson Luiz May
Presidente da Unimed Federação/RS